

O IMPACTO AMBIENTAL NEGATIVO OCASIONADO PELOS PANFLETOS DISTRIBUÍDOS NA PROPAGANDA ELEITORAL

Roberta Machado Karsburg, Universidade Federal de Pelotas
Kethlin Giovanna da Silva Ramos, Universidade Federal de Pelotas
Amanda Forquim Cetolin, Universidade Federal de Pelotas
Célia Cristina Machado de Carvalho Vaz, Universidade Federal de Pelotas
Eduarda Lemos Blank, Universidade Federal de Pelotas
Guilherme Gonçalves Wachholz, Universidade Federal de Pelotas
Maraiza Mendes Feijó, Universidade Federal de Pelotas
Stefani Curtinaz Mesquita, Universidade Federal de Pelotas
Wesley Kabke, Universidade Federal de Pelotas
Eduarda Medran Rangel, Universidade Federal de Pelotas

1) Introdução

O processo eleitoral no Brasil, que é de grande dimensão, gera impactos negativos sobre o meio ambiente, principalmente o urbano, causando danos não somente aos habitantes, mas a todos os componentes presentes neste ambiente, devido os resíduos gerados e o consumo de recursos naturais provenientes dos materiais utilizados na propaganda.

A propaganda política é essencial para garantir a prática democrática na sociedade, uma vez que ela traz aos cidadãos o conhecimento das possíveis alternativas que lhes serão facultadas na eleição. Segundo Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL,

2012), "Propaganda política são todas as formas de realização de meios publicitários que têm por objetivo conquistar simpatizantes ao conjunto de ideias de um partido e garantir votos".

Uma das fontes de poluição mais visíveis no processo eleitoral é o famoso “santinho”, panfleto com o número dos candidatos que é amplamente reproduzido e distribuído nessa época. Na maioria das vezes seu destino é o chão ou a lixeira mais próxima.

A panfletagem em campanhas eleitorais é um método muito comum e antigo neste período. A distribuição de panfleto causa um enorme desperdício de papel, além de envolver derrubamento de árvores, consumo de água, energia, poluição visual, uma enorme produção de resíduos e entupimento de vias de drenagem, contribuindo assim para enchentes.

A produção de uma tonelada de papel envolve o consumo significativo de recursos naturais e energéticos. O consumo de madeira varia de acordo com o tipo de polpa utilizada e a taxa de reciclagem. Estudos indicam que são necessários cerca de 4 m³ de madeira por tonelada de papel, mas com o aumento da reciclagem, esse valor caiu para aproximadamente 3,88 m³ por tonelada (Hong, 2008).

Em termos de energia, a média europeia para papel tissue é de 4,3 a 4,7 GJ/tonelada, enquanto fábricas menos eficientes podem chegar a 34,3 GJ/tonelada. O consumo de água também é elevado, podendo ultrapassar 26 toneladas de água por tonelada de papel, embora esse valor tenha diminuído com melhorias tecnológicas e reciclagem (Liu et al., 2021; Panfey; Prakash, 2018).

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), o município de Pelotas (RS), atualmente é o terceiro maior colégio eleitoral do estado do Rio Grande do Sul, com uma população estimada de 345 mil habitantes, evidenciando o quão impactante uma eleição com excessivo número de panfletos distribuídos pode ser para a cidade.

Não se conhece estudos feitos para conhecimento do impacto ambiental negativo causado pela distribuição de panfletos da região de estudo, o que torna a pesquisa de grande importância para monitoramento ambiental e futuros estudos.

Considerando todas as etapas do ciclo de vida do papel, desde a extração da matéria-prima até seu descarte, e considerando o expressivo potencial eleitoral do município de Pelotas, justifica-se a presente pesquisa pela relevância de compreender os impactos socioambientais associados à distribuição massiva de panfletos em períodos eleitorais e a necessidade de um planejamento urbano para esses eventos. Tal abordagem se alinha aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles voltados à produção e consumo responsáveis (ODS 12), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11) e ação climática (ODS 13), reforçando a necessidade de planejamento urbano e políticas públicas que promovam práticas ambientalmente responsáveis no processo eleitoral.

2) Objetivo Geral e Específicos

Objetivo Geral:

Projetar o impacto ambiental negativo ocasionado devido à distribuição de panfletos em período eleitoral e a necessidade de planejamento urbano ambiental diante destes eventos.

Objetivo Específicos:

- I. Quantificar a geração de resíduos provenientes da distribuição de panfletos no período eleitoral de 2014, por meio da análise dos dados de pesagem coletados e projetar os impactos futuros.
- II. Avaliar os potenciais impactos ambientais associados ao descarte inadequado desses materiais, considerando aspectos como poluição visual, obstrução de drenagem urbana e aumento da carga de resíduos sólidos urbanos.

III. Propor diretrizes de planejamento urbano ambiental que minimizem a produção de resíduos em campanhas eleitorais futuras, incentivando práticas sustentáveis e instrumentos normativos voltados à gestão de materiais publicitários.

3) Metodologia

A metodologia adotada para este artigo é uma pesquisa documental exploratória com coleta de dados por meio de pesquisa de campo. Através do site TRE foi possível resgatar dados do partido, do candidato, manual das eleições, regras, etc, já os panfletos foram recolhidos na rua, onde eram distribuídos durante o período eleitoral. Para os dados coletados na eleição de 2014 os candidatos foram agrupados por partido e pelo cargo que concorreram. Neste estudo a análise feita foi apenas para deputados estaduais e federais da cidade de Pelotas-RS.

Cada panfleto limpo e em perfeitas condições, foi pesado em balança digital analítica de precisão, Bioprecisa, onde o peso foi multiplicado pela tiragem contida no impresso, obtendo o resultado em Kg de papel. Para candidatos com mais de um modelo de panfleto foi feito o somatório das pesagens. Nestes casos, todo o cuidado foi tomado, onde se verificou com membros/equipe da campanha do candidato quantos modelos haviam sido confeccionados para descartar possíveis erros.

Para a projeção foram utilizados dados da última eleição de 2022, considerando o mesmo grupo de candidatos.

4) Resultados e Discussões

A Tabela 1 apresenta a quantificação da geração de resíduos provenientes da distribuição de panfletos no período eleitoral de 2014, assim como a projeção para o período eleitoral de 2022.

Tabela 1 - Quantificação de panfletos gerados no período eleitoral de 2014 e a projeção para o período eleitoral de 2022.

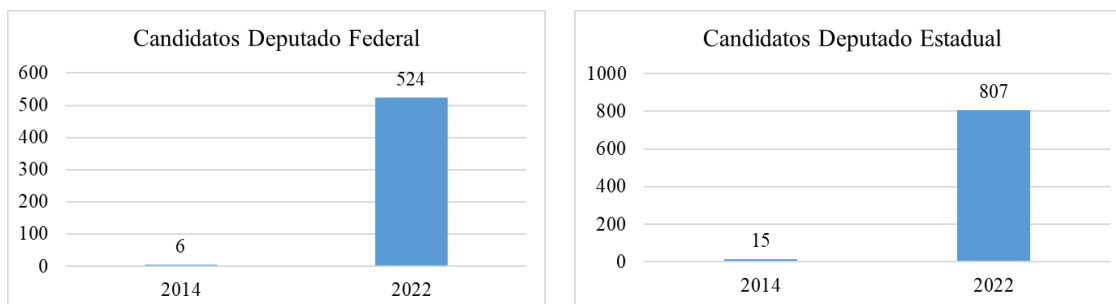
Ano	Cargo	Nº de candidatos	Panfletos (kg)	Média por candidato (kg)	Total estimado (ton)
2014	Deputado Federal	6	1890,11	315	1,89
2014	Deputado Estadual	15	7135,32	476	7,14
2022	Deputado Federal	524	165060,0	315	165,06
2022	Deputado Estadual	807	384132,0	476	384,13

Fonte: Autores.

Observando os valores da Tabela 1, verifica-se a elevada quantidade do total estimado de panfletos para o período eleitoral de 2022, entretanto, é necessário destacar que os dados apresentados neste artigo não representam o total gerado na eleição por todos candidatos que concorrem a deputado estadual e federal no estado do Rio Grande do Sul, e sim apenas os candidatos domiciliados e com base eleitoral na cidade de Pelotas, sendo o número total de candidatos muito maior, diretamente proporcional a quantidade de panfletos gerados.

Com o objetivo de melhor visualização do aumento do número de candidatos aos referidos cargos nos anos de 2014 e 2022, a Figura 1 foi construída.

Figura 1 - Comparativo dos anos de 2014 e 2022 dos candidatos ao cargo de Deputado Federal e Deputado Estadual, respectivamente.



Fonte: Autores.

Percebe-se que os candidatos a Deputado Federal entre os anos avaliados (2014 e 2022) foram de 6 para 524, representando um aumento de cerca de 8.700%. Os candidatos a Deputado Estadual entre os anos analisados foram de 15 para 807, representando um aumento de cerca de 5.300% (Figura 1).

Através das quantificações e estimativas das quantidades totais de panfletos (Tabela 1) utilizadas pelos candidatos no período eleitoral de 2022, as quais ultrapassam a marca de 165 toneladas para o cargo de Deputado Federal e mais de 384 toneladas de panfletos para o cargo de Deputado Estadual, é evidente que precisamos pensar sobre novas formas de se fazer a propaganda política.

A Figura 2 apresenta uma imagem alarmante sobre o destino final dos tradicionais “santinhos”.

Figura 2 - Panfletos espalhados no meio da rua no período eleitoral do ano de 2022.



Fonte: Autores.

A panfletagem realizada durante o período eleitoral impacta de forma negativa o meio ambiente, gera desconforto a população, poluição visual e gastos extras aos cofres públicos para a limpeza da cidade (Figura 2).

Nesse sentido, a Tabela 2 apresenta algumas alternativas de planejamento urbano para os eventos associados ao período eleitoral.

Tabela 2 - Possibilidades de planejamento urbano para eventos associados ao período eleitoral.

Possibilidades de Projeto Urbano	Objetivo	ODS Relacionados
---	-----------------	-------------------------

Plano Municipal de Comunicação Sustentável em Eleições	Reduzir o uso de material impresso em campanhas	ODS 11, ODS 12, ODS 16
Pontos Inteligentes de Coleta e Reciclagem Pós-Eleições	Evitar descarte inadequado de panfletos	ODS 11, ODS 12
Sistema de Monitoramento e Fiscalização Ambiental	Garantir cumprimento de regras ambientais	ODS 16, ODS 12
Programa Educativo 'Eleições Sustentáveis'	Sensibilizar população e candidatos	ODS 4, ODS 12, ODS 11
Incentivo a Material Biodegradável/Certificado	Minimizar impacto ambiental dos impressos	ODS 12, ODS 9
Zoneamento para Distribuição de Propaganda	Organizar e limitar áreas de panfletagem	ODS 11, ODS 16
Campanha 'Cidade Limpa Pós-Voto'	Reduzir resíduos eleitorais nas vias públicas	ODS 11, ODS 15
Plataforma Digital para Propostas Eleitorais	Substituir panfletagem física	ODS 9, ODS 16, ODS 12

Fonte: Autores.

As alternativas apresentadas na Tabela 2 estão intimamente associadas a um total de sete ODS, sendo eles no total de 17. O que destaca a importância de cada uma delas, uma vez que a sua real efetivação poderia resultar na diminuição de insumos para a produção dos panfletos, seja a redução da extração de madeira, o consumo de energia, o descarte inadequado dos mesmos em via pública, o que compromete a drenagem urbana das cidades, sobrecarga em aterros, além de custos excessivos da prefeitura para limpar as ruas neste período.

Conclui-se que é extremamente urgente pensar sobre diretrizes de planejamento urbano ambiental que minimizem a produção de resíduos em campanhas eleitorais futuras, incentivando práticas sustentáveis e instrumentos normativos voltados à gestão de materiais publicitários, como as apresentadas na Tabela 2 deste artigo.

Este é um trabalho apresenta um monitoramento inicial, sendo necessário a realização de estudos futuros, de forma a confirmar se essa projeção se mantém, visto que o período eleitoral no Brasil é vivenciado de dois em dois anos, com a eleição de presidente, senadores, deputados federais e estaduais em uma delas, e a eleição de prefeitos e vereadores na outra, o que ressalta a importância do referido tema.

5) Referências

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Código eleitoral anotado e legislação complementar**. 10. ed. Brasília/DF: SGI/TSE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: resultados gerais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo>. Acesso em: 4 nov. 2025.

LIU, X.; YANG, T.; WU, H.; YUAN, Z. Evolution of material metabolism in China's pulp and paper industry. **Huan Jing Ke Xue**, v. 42, n. 8, p. 4061-4070, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.13227/j.hjcx.202012076>.

HONG, X. **The analysis of paper ecological footprint**. Acta Ecologica Sinica. 2008.

PANDEY, A.; PRAKASH, R. Energy conservation opportunities in pulp & paper industry. **Open Journal of Energy Efficiency**, v. 7, p. 89-99, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4236/ojee.2018.74006>.